

DO SÉCULO XX AO III MILÊNIO: MISÉRIA E DEMOCRACIA NA GEOGRAFIA E NAS CIÊNCIAS HUMANAS BRASILEIRAS

José Henrique Rodrigues Stacciarini¹

Resumo

Esta pesquisa apoiada numa heterogênea base metodológica tem como objetivo dissertar sobre a problemática brasileira “Fome x Democracia”. Inicialmente é citado as décadas de miséria desde o início do Século XX até o contexto da metade do século XX. Depois, aborda um pouco do debate multidisciplinar Brasileiro sobre o contexto da Ditadura Militar (1960 a 1985). Por sua vez, colocando um pouco mais das Pesquisas Multidisciplinares Brasileiras no início dos anos 1990, o presente texto, investiga também o “Impeachment” o Presidente Fernando Collor como uma verdadeira necessidade no sentido da construção de uma nação com menos miséria. Por fim, tenta compreender os conhecimentos brasileiros produzidos à luz do contexto sócio-econômico dos trabalhos desenvolvidos pela “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela vida”, bem como por aqueles elaborados a partir da implantação do “Bolsa-Família do Governo Lula, lembrando com clareza ética que “quem tem fome não pode esperar” e que esta “luta humanitária” deve ser continuada pela nova presidente Brasileira.

Palavras Chave: Miséria; Cidadania; Brasil.

Eje Temático: Abordajes de a Geografia Política, Económica e Histórica.

¹ Professor Adjunto do Curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás / Catalão – Estado de Goiás/Brasil.

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente/Estado de São Paulo/Brasil. Email: jhrstacciarini@hotmail.com

Introdução

*Ontem vi um Bicho na imundice do pátio
Catando comida entre os detritos
Quando achava alguma coisa,
Não examinava e nem cheirava:
Engolia com voracidade.*

*O bicho não era um cão, não era um gato,
não era um rato.*

O bicho, meu Deus, era um HOMEM

-Manuel Bandeira-

Nos últimos 100 anos, no Brasil, assiste-se a relações mundiais com processos cada vez mais interdependentes. A nova configuração de mundo é marcada significativamente pelas diversas transformações sócio-econômicas e políticas. Nesse período, o Estado Brasileiro torna-se cada vez mais vulnerável às pressões dos grupos dominantes da economia nacional e internacional. Além disso, a questão se complica em se tratando de um país marcado, de maneira secular, pela “expropriação e violência” por parte dos detentores dos meios de produção. O resultado desse processo são ações econômicas dissociadas das preocupações de ordem social, o que fica bem evidenciado com os crescentes índices de desemprego, com as desigualdades que se avolumam, com as injustiças sociais em escala ascendente e com os baixos salários pagos aos professores do Brasil. Mesmo melhorando muito durante cem anos seguidos, no início do século XXI, o Brasil, apesar de ser uma das maiores nações capitalistas do mundo (7º PIB), possui 32 milhões de pessoas no estado de extrema miséria e tem 54% da população atingida pelos efeitos da insegurança alimentar.

Muitos serão os autores e trabalhos pautados, nas mais diversas interpretações, nas variadas áreas das Ciências Humanas, voltados para a temática “Cidadania, Insegurança Alimentar, Miséria, Fome, Democracia, Terra e Trabalho” durante todo o Brasil colonial, Imperial e Republicano. No início do último século (XX), pode-se citar Monteiro Lobato. Este escritor formou em Direito e tornou-se um dos maiores escritores infantil do Brasil. Antes, porém, ficara muito conhecido pelos artigos que escreveu para o jornal “O Estado de São Paulo”, nos quais se queixa dos matutos do interior,

inadaptáveis à civilização. O artigo com maior repercussão foi sobre o “Jeca Tatu”, personagem criada por Lobato para descrever o Caboclo sem vocação para nada, a não ser para a preguiça constante. A figura do “Jeca Tatu” tornou-se famosa no Brasil. Posteriormente Monteiro Lobato entendeu que os caipiras eram preguiçosos e barrigudos por motivo de doenças oriundas da extrema miséria a que estavam submetidos. Assim, ele se arrependeu de tê-los ofendidos como se a culpa fossem deles individualmente e não da estrutura social de desigualdades sociais presentes no território brasileiro durante mais de 400 anos.

Em 1928, o político paraibano José Américo de Almeida torna-se ainda mais conhecido com a publicação do romance denominado de “A Bagaceira”, o qual é considerado por muitos como o marco inicial do romance regionalista do Modernismo brasileiro. Na verdade, aquela trágica história de amor escrita serve ao autor simplesmente como pretexto para denunciar a questão social do seu estado e da macrorregião do Nordeste como um todo, com destaque especial para as necessidades da população. De maneira profunda, é feita uma análise da vida dos retirantes que surgem nas bagaceiras dos engenhos de açúcar do nordeste canavieiro, sendo que o enredo tem como base os êxodos das secas de 1898 e 1915.

Para o Professor da Universidade Federal da Paraíba (UFP) Joel Pontes aquele romance foi publicado no momento oportuno e fez oposição ao cosmopolitismo dos autores modernistas da fase inicial, sendo uma importante base para as obras posteriores de Graciliano Ramos, José Lins do Rego, entre outras. De fato, um dos pontos de destaque do romance é o aspecto sociológico que o coloca como uma obra importante da literatura brasileira. Também um dos maiores escritores do Brasil, Graciliano Ramos estudou em Maceió (AL), mas não cursou nenhuma faculdade. Depois de uma breve estada no Rio de Janeiro onde foi revisor de diversos jornais, enveredou-se pelo jornalismo e pela política no final da década de 1920 para, em seguida, tornar autor de grandes obras.

Na verdade, a crise econômica provocada pela quebra da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929, os abalos sofridos pela população do Brasil em torno dos acontecimentos da Revolução de 1930, o acelerado declínio do nordeste brasileiro condicionaram, na literatura brasileira, um novo estilo mais moderno que se marcaria por uma linguagem mais brasileira e por um enfoque mais direto dos fatos. É neste

contexto de adoção de uma visão crítica das relações sociais que Graciliano Ramos publica “Vidas Secas”, em 1938. Retratando fielmente a realidade brasileira da época, o livro “Vidas Secas”, denuncia com qualidade e rigor as injustiças sociais, a fome e as desigualdades, além de remeter a idéia de que o homem se animalizou sob as condições subhumanas de sobrevivência. Nesta direção, a linguagem monológica que se apresenta funciona para revelar os dramas concretos da família diante da inacessibilidade de quase tudo.

Manuel Carneiro de Souza Bandeira Filho nasceu em Recife, em 19 de abril de 1886. Ainda jovem, muda-se para o Rio de Janeiro, onde faz seus estudos secundários. Em 1903, transfere-se para São Paulo, onde inicia o curso de Engenharia na Escola Politécnica. No ano seguinte, interrompe os estudos por causa da tuberculose e retorna ao Rio de Janeiro. Desenganado pelos médicos, passa longo tempo em estações climáticas do Brasil e da Europa, onde toma contato com a poesia simbolista e pós-simbolista. Em outubro de 1968, o poeta que já contava mais de 80 anos, faleceu na cidade do Rio de Janeiro, vítima de parada cardíaca, e não de tuberculose, doença que o acompanhou durante quase toda a vida. Em toda sua trajetória poética, Bandeira mostra a preocupação com a busca por novas formas de expressão. Sendo assim, cabe destacar que a principal característica da obra de Manuel Bandeira é o emprego do verso livre, muitas vezes infiltrado por forte indignação moral. Cabe acrescentar, que ainda antes de 1960, dentro da Literatura Brasileira, um dos grandes nomes que tornar-se-á extremamente conhecido por seus trabalhos em prol de um país e de um mundo com menos fome e mais cidadania: Josué de Castro. Portanto, durante os sessenta anos iniciais do século XX, muitos são os escritores brasileiros de variadas formações e estilos que escrevem sobre a temática “Exclusão Social e busca pela Construção da Democracia”.

Se as lutas, iniciativas e movimentos existentes até a década de 1960 são difíceis, o mesmo também deve ser dito para os momentos vividos pelos brasileiros durante todo o Regime da Ditadura instalada no Brasil com o Golpe dos Militares, em Março de 1964. São muitos os brasileiros que, por lutarem por mais democracia, são perseguidos e têm de deixar o país para não morrerem torturados. Assim, Escritores, Compositores, Músicos, Professores e Pesquisadores de diversas áreas científicas deixam o país natal, indo prestar excelentes trabalhos para as comunidades de outros

países. Por um lado, se são muitos os brasileiros obrigados a deixarem o Brasil por serem perseguidos pela Ditadura Militar, por outro, são muitos também aqueles que ficam lutando por uma Anistia Política Ampla, Geral e Irrestrita. Dentre tantos, pode-se destacar o nome de Henfil, cartunista e escritor que, por longos anos, vai se juntar a outros escritores e cartunistas para lutar pela reconstituição democrática.

A anistia política tão desejada é conseguida e muitos são os escritores que retornam ao Brasil. Este é um momento de grandes debates no interior da Literatura Brasileira como um todo, independente de áreas científicas específicas. Ainda no Rio de Janeiro, a volta do irmão Henfil e de vários outros exilados responde pela Fundação do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas), fato que materializa um sonho antigo de Betinho: o desejo de criar uma entidade popular voltada à democratização das informações. A partir do início da década de 1980, muitas serão as lutas voltadas para a construção de um país com mais participações políticas de base, com democracia de verdade. O Brasil não tem eleições diretas para Governador das Unidades Federativas, nem para Prefeito das Capitais e Cidades consideradas de “Segurança”. Isto tudo para não se esquecer que Eleições Diretas para Presidente da República ainda é um sonho ainda distante.

Depois de quase três décadas sem Eleições Diretas para Presidente, ocorre a eleição (1989) presidencial livre e direta, na qual a maioria dos eleitores brasileiros escolhe, sob forte influência dos Meios de Comunicação de Massa, um novo Presidente da República – o Sr. Fernando Collor. Não obstante, apesar de tantos fluxos positivos e das variadas vitórias no sentido da Construção da Cidadania, é extremamente difícil falar de um novo governo e de novos movimentos populares sem sinalizar no sentido de tentar entender as novas relações mundiais cada vez mais complexas, bem como interpretar a permanência da miséria e da existência da fome absoluta no mundo, e num país extremamente rico, como é o caso do Brasil.

De fato – no limiar do terceiro milênio – os ataques terroristas, os conflitos culturais e religiosos, o choque entre instâncias administrativas, os valores do consumismo e da liberdade pessoal ilimitada, o aumento do poder das redes dos diversos tipos de tráficos (influência, drogas, prostituição, crianças, órgãos etc!), a contaminação cada vez mais crescente do planeta como um todo, o desenvolvimento avassalador dos meios de comunicação social, a robotização, a civilização da imagem,

entre outros aspectos, exigem da Literatura Brasileira, respostas seguras no sentido de construir mais alternativas científicas de imensa abrangência social num mundo de desafios cada vez mais dinâmicos e interdependentes.

Cabe aqui acrescentar que as camadas sociais que não encontram qualquer espaço na modernidade não são só aquelas que estão no chamado “Terceiro Mundo” ou “Países Subdesenvolvidos”. Trata-se também de um quarto da população dos EUA que vive abaixo dos níveis considerados mínimos naquele país, ou dos desempregados da Comunidade Econômica Européia que representam onze por cento da força de trabalho economicamente ativa. Trata-se, ainda, dos cem milhões de habitantes que vivem na miséria no Leste Europeu. Entretanto, a diferença para nosso país é que, apesar de ser extremamente rico em minérios, em riquezas vegetais e em terras agricultáveis, o Estado Brasileiro torna-se cada vez mais frágil às pressões dos grupos mandatários da economia nacional ligados aos interesses da economia das grandes empresas do capital internacional. No Território Brasileiro, a questão se complica ainda mais em se tratando de um país carimbado, durante cinco séculos, pela expropriação (com violência!) por parte dos detentores dos meios de produção e pela tortura por parte da Tecnoburocracia Militar instalada no Brasil durante as décadas de 1960 e 1970. O saldo desta “cartografia” é marcado pelas ações econômicas desvinculadas das preocupações de ordem social, o que fica evidenciado com os ascendentes níveis de desemprego, com as desigualdades econômicas que se intensificam e com as injustiças sociais crescentes. Em outras palavras, o Brasil – um dos maiores PIB do mundo! – possui 31.679.095 pessoas na situação de miséria nas décadas de 1980 e 1990.

Vale aqui frisar que na visão de vários escritores brasileiros, o final da década de 1980 e início da década de 1990 é um momento histórico extremamente rico à medida que muitas transformações sócio-espaciais ocorrem com extrema rapidez, nos mais variados lugares do mundo, colocando em dúvida as velhas divisões teórico-ideológicas que vão sendo substituídos por um discurso clamando por Ética e Humanidade. Dentre outros significativos fatos, pode-se citar o massacre de estudantes na China, o desmembramento das Repúblicas Soviéticas, a queda do Muro de Berlim, a “matança” de negros nos Estados Unidos da América e o Impeachment do Presidente eleito no Brasil (Fernando Collor).

A respeito do “Impeachment” de Collor, tem-se que, desde os momentos iniciais de Fernando Collor, “Betinho” (Herbert de Souza) indignara-se com o jovem e exibicionista Presidente da República, que derrotou “Lula” (Luis Inácio da Silva) nas eleições diretas de 1989 e que usava a mídia – principalmente a Rede Globo – como bem lhe conviesse. Além dessa triste convivência estabelecida entre um político conservador – com máscara de modernidade – e os meios de comunicação de massa, Fernando Collor assume o papel de defensor do chamado “Neoliberalismo”, anunciando um grande programa de privatizações. Entretanto, o Presidente Collor, antes da realização de um amplo programa de privatizações – exigidas pelo neoliberalismo em curso – precisava deter a inflação de mais de oitenta por cento, herdada do desastroso final de mandato do Presidente Sarney. Para isso, promove, no dia seguinte (16 de março de 1990) de sua posse, o famoso “confisco da poupança” que é considerado inevitável, inclusive por economistas de formação socialista. Um completo fracasso é o resultado do plano de estabilização econômica do Presidente. Já, no primeiro semestre de 1991, Collor vê seu governo ser minado pela inflação, de novo em escala crescente, pela recessão e por inúmeras suspeitas de corrupção.

Em verdade, a situação tornou-se tão escandalosa que o irmão do presidente concedeu uma entrevista, no mês de abril de 1992, à Revista Veja, denunciando um imenso esquema de malversação de dinheiro público liderado por Paulo César Farias (o “P.C.”), justamente o ex-tesoureiro da campanha de Collor. Frente a alarmante denúncia, no mês de maio do mesmo ano, o Congresso Nacional instala-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Na verdade, o movimento pelo Impeachment de Collor não nasce do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) onde Betinho trabalha, nem de uma articulação específica de outras organizações não governamentais (ONGs), mas sim de um grupo de cidadãos que se encontram no Fórum da Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Aquele grupo é composto por pessoas de diversas ONGs, militantes de partidos, escritores, sindicalistas e universitários.

Numa reunião promovida pelo Instituto Nacional de Estudos Sociais (INESC), no dia 09 de maio de 1992, com a presença da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), do IBASE e de algumas personalidades políticas fica decidido a realização de uma Vigília pela Ética na Política

no Auditório do Senado Federal, reunião aquela realizada no dia 29 de maio com cerca de 980 pessoas, dentre as quais cerca de 50 Deputados Federais, 10 Senadores e 180 representantes de entidades organizadas. De fato, o impacto da Declaração do Movimento Pela Ética na Política é extremamente positivo e contagiante. No Rio de Janeiro, no dia 07 de Julho, representantes de mais de 190 entidades da sociedade civil organizada fazem a leitura – à luz de velas – de 11 artigos da Constituição Federal que destacam os fundamentos da Ética na Política e as responsabilidades do Presidente da República. Em São Paulo, na semana seguinte, cerca de 1200 pessoas reúnem-se na famosa Faculdade de Direito da USP para exigir moralidade para com o dinheiro público. A partir de então, vigílias cívicas, bem como manifestações pró-impeachment em “out-doors”, começam a aparecer em diversas capitais do país. Nesse ambiente de crescimento do Movimento pela Ética na Política, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) resolve apresentar ao Congresso Nacional o pedido de Impeachment.

Partindo da sede da OAB na cidade de Brasília, em companhia de Jair Meneguelli, Betinho e outras personalidades foram à frente de braços dados. Ao final, a passeata que iniciara com cerca de noventa pessoas, chega a reunir cerca de mil e cem cidadãos. Como o movimento não para de crescer, a mídia, inicialmente através do Jornal Folha de São Paulo, foi aderindo cada vez mais. Até a Rede Globo de Televisão – que muito ajudara a eleger o Presidente corrupto – não tem como deixar de noticiar as manifestações que surgem em diversos lugares do território brasileiro. Do outro lado, desfazendo da reação popular, Collor chama a população para sair às ruas, no Domingo do dia 16 de setembro de 1992, vestida de verde e amarelo em apoio à sua permanência no cargo. O movimento Pela Ética na Política, por sua vez, convoca uma contramanifestação, sendo que o resultado são milhões de pessoas em todo Brasil atendendo ao apelo de sair às ruas vestidas de preto, em sinal da luta contra à generalizada corrupção no congresso Nacional e no Poder Executivo Nacional. Já, em 29 de setembro daquele ano, a Câmara de Deputados autoriza – por 441 votos a favor, 38 contra, uma abstenção e 23 ausências – a abertura do processo de Impeachment do Presidente Fernando Collor, imediatamente posto em licença, assumindo interinamente o Sr. Itamar Franco, então Vice-Presidente. Graças à pressão da sociedade brasileira, inclusive de vários escritores, três meses depois – em 29 de Dezembro de 1992, durante

sessão do senado Federal de julgamento do Impeachment – certo da derrota, Collor renuncia à Presidência.

Portanto, em 1992, vários escritores e significativa parte da população brasileira participam ativamente do Movimento pela Ética na Política (MEP) e do “Impeachment” do Presidente Fernando Collor, o qual fora eleito diretamente pelo voto da maioria da população brasileira. Assim, é no contexto da desintegração da União das Repúblicas Socialistas (URSS), da Unificação das duas Alemanhas e, principalmente, da formação de um “Bloco Ético Plural Pró Impeachment” do corrupto Presidente brasileiro que ocorre a fundação da “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida”.

Em verdade, o “Bloco Ético Plural” que participa do “Impeachment” do Collor contém líderes e militantes de diversos outros movimentos anteriores. O próprio Herbert de Souza (“o irmão do Henfil”) era um símbolo do Movimento por uma “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”, estabelecido no final da década de 1970. Vale também destacar a forte presença dos bispos Dom Mauro Morelli e Dom Luciano Mendes que durante toda a década de 1980 lutam por uma Igreja Católica mais progressista e próxima da população excluída das esferas de produção (os desempregados, os indigentes, os sem tetos etc.). Assim, o que unifica os mais diversificados segmentos sociais (IBASE, CNBB, INESC, OAB, CUT, Banco do Brasil, CEF, ANDIFES, EMBRAPA, estudantes, professores, partidos políticos, donas de casa etc.) que agora atuam sob a égide da “Ação da Cidadania Contra a Fome e Pela Vida” é a vontade de fazer algo, por menor que seja, para aliviar a miséria da sociedade brasileira. Vale ressaltar que a exclusão da população é evidenciada – é colocada às claras! – pela publicação do Mapa da Fome do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). A partir dos levantamentos oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é produzido um “Mapa da Fome”, onde a miséria é expressa espacialmente, é admitida publicamente, por órgãos (IBGE e IPEA) ligados intimamente à Secretaria de Planejamento do Poder Executivo Federal. Desta forma, se existe um inimigo a ser combatido pela “Ação da Cidadania”, o que vai ser enfrentado é a fome de quase 32 milhões de pessoas indigentes num dos territórios mais rico do planeta terra. Neste sentido, estabelecendo respeito ao Pluralismo e à Diversidade, a “Campanha da Fome” nasce com um *“conteúdo humanitário e suprapartidário”*.

Deste modo, se a miséria está presente tanto no “mundo capitalista” como no “mundo da Economia Planificada”, tanto no “primeiro Mundo” como no “Terceiro Mundo”, a solução para esta problemática que atinge um bilhão de seres humanos é bastante complexa, exigindo, portanto, parceiros e atores coletivos diversos unidos pelo espírito de Solidariedade, “*de amor ao próximo*”. Porém uma coisa é planejar, outra coisa é fazer de acordo com o que foi pensado. Assim, não obstante o Segundo Passo da Cartilha para Formação de Comitês sugerir, como ideal, o caminhar das Ações Emergenciais dando origem às Ações Estruturais, percebe-se que a maioria dos cinco mil (5.000!) comitês disseminados por todo território Brasileiro consegue maior êxito com as ações de arrecadação e distribuição de alimentos. Este sucesso inicial da campanha, com ações prioritariamente de arrecadação, não se dá, sem duras críticas de setores ligados à denominada “esquerda”. O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) – a ex-convergência socialista acusa que “*a campanha é demagógica por ter sido encampada pelo Governo e pelos empresários, justamente os dois maiores responsáveis pela grave situação social do país*”. Passados as primeiras críticas e embates, a “*Etapa da Comida para quem tem fome*” constitui-se o período de maior visibilidade da Campanha. No âmbito das iniciativas dos primeiros 15 meses da “Campanha da Fome” são empreendidas as mais diversas e criativas ações.

Com o passar dos meses, as estratégias políticas de caráter emergencial, que ganharam enorme visibilidade, voltam a receber críticas de variados segmentos da sociedade, pois são diversificados os setores que desejam ver a “Ação da Cidadania” dar saltos maiores, e talvez, até menores. No seio dos partidos políticos, por exemplo, o PT reclama que a Campanha é uma iniciativa oriunda do seu interior enquanto que, no outro extremo, alguns líderes do PFL reclamam da aproximação do Presidente Itamar Franco aos líderes da “Ação da Cidadania” que têm histórias anteriores de militâncias em partidos de esquerda. De fato, parece que, ao nível de análise teórica, dois grandes grupos de tendências interiores se manifestam ao longo de toda a “Campanha da Fome”. Para alguns, apesar de às vezes serem importantes, a presença de segmentos da sociedade civil organizada, que objetivam apenas assistência material a parcelas empobrecidas da população, pode corresponder, como uma contribuição a mais no cenário do desmonte do Estado e dos direitos sociais de um capitalismo neoliberal cada vez mais forte. Contrapondo em parte a esta proposição, um segundo agrupamento

acredita que mesmo organizações tradicionalmente direcionadas para a mera assistência material, também podem se “contaminar” e prosseguir com teorias e ações voltadas de fato para os princípios da igualdade e da justiça social. Neste aspecto, a própria existência de espaços menores de participação – a ordem local, a ordem dos “microespaços”! – permite a publicização de lutas por direitos no interior das mais diversificadas organizações.

Porém, o inesperado, a heterogeneidade de análises e de ações, é algo que se espera como normal quando se fala de um grupo de atores plurais, diferentes. Não poderia ser diferente dentro da “Ação da Cidadania”. A euforia com resultados atingidos, por exemplo, levam alguns líderes – sobretudo aqueles ligados a um grupo mais intelectualizado que posteriormente funda o “Fórum da Ação da Cidadania Contra a Fome” – a proposições que dificilmente encontram condições concretas para a plena realização. Além do mais, a ênfase na necessidade de passar de ações de arrecadação para ações estruturais, cria uma diminuição das ações dos Comitês em funcionamento. No fundo, há uma tentativa de cooptação da “Ação da Cidadania” que se somam a um pluralismo ainda maior de planejamento, fatores estes que respondem pelo crescimento das contradições e pela diminuição concreta das ações dos Comitês.

Merece acrescentar que um dos momentos mais delicados dos relacionamentos e das reflexões dos trabalhos desenvolvidos sob a “Ação da Cidadania” é aquele que se vive por ocasião da criação da “Comunidade Solidária”. Betinho, acreditando que “*o governo é uma arena de lutas*” e que “*a sociedade pode conduzir o governo a mudar de rumo*”, aceita fazer parte do Conselho presidido pela Primeira Dama Dona Ruth Cardoso. Porém, se isto pode ser verdade, há um ressentimento por parte de muitos quanto ao fato do novo Presidente ter extinguido o CONSEA.

Não se pode esquecer que sendo, simultaneamente, uma chance e um risco, o político é um espaço do “indecidível”. Sob esta ótica, o desenrolar dos acontecimentos e as poucas ações efetivas de combate à fome pelo “Conselho da Comunidade Solidária” leva Betinho a rever o seu posicionamento e a pedir demissão levando consigo outros conselheiros que também acreditam em fazer algo pelos 32 milhões de carentes apontados pelos dados oficiais do IPEA e IBGE. Uma vez deixado o “Conselho da Comunidade Solidária”, Betinho e lideranças ligadas ao IBASE incentivam a idéia do “Balanço Social das Empresas”.

Quando de sua morte, Betinho recebe homenagens dos mais diferentes setores sociais brasileiros. O Religioso e Escritor Frei Betto, fala que “*ele foi um Militante da Utopia*”. O ator Paulo Betti acha que “*São Pedro vai ficar de joelhos na porta do Céu para que Betinho possa entrar*”. Assim, em linhas gerais, não há condições de se afirmar em quanto a “Campanha da Fome” diminuiu a fome de 32 milhões de indigentes. Aliás, este movimento não é planejado, organizado, para se ter esse balanço numérico, ou mesmo para substituir ações que são obrigações precípua do Estado. Entretanto, com certeza, muita coisa melhorou no país a partir do ano de 1993. Muita comida é arrecadada e distribuída a partir dos milhares de comitês fundados. Sobre a geração de trabalho e de renda foram apoiadas centenas de microempresas e cooperativas. No campo da democratização da terra a Reforma Agrária é debatida e almejada por militantes da causa, por “*intelectuais da esquerda*”, por “*economistas neoliberais*” e até mesmo pela população simples. Nesta direção, em 1997 a Reforma Agrária chegou a ter apoio de oitenta por cento de toda população brasileira.

Entretanto, mais do que tudo isto, o maior feito da “*Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida*” é o de ter, com o apoio de múltiplos autores da Literatura Brasileira, revitalizado este tema para a nação brasileira, de ter escancarado a pobreza material e a falta de cidadania do povo brasileiro. Neste aspecto, “*a Campanha da Fome*” questiona a ordem estabelecida e indaga o porquê da existência de tanta miséria. Posteriormente, vale frisar, no início do terceiro milênio, inspira o “*Programa Fome Zero*” e o “*Subprograma Bolsa-Família*” do Governo Lula, o qual, no presente momento, atende 44 milhões de pessoas em 5.561 municípios brasileiros e é tema recorrente das eleições presidenciais do segundo semestre do ano de 2010, que teve como resultado a eleição da Presidente Dilma do mesmo Partido dos Trabalhadores (PT) do ex-presidente Lula.

Considerações finais

Por tudo que foi explicitado, evidencia como o tema está presente nos diversos trabalhos dos escritores brasileiros de variadas formações científicas, sejam elas acadêmicas, jornalísticas e/ou outras diversificadas influências durante toda a produção multidisciplinar das Ciências Humanas do Brasil do século XX. Em pleno ano de 1914, por exemplo, o então advogado José Bento Monteiro Lobato que depois se tornaria um

dos mais importantes escritores brasileiros da primeira metade do século XX, com o famoso artigo “Jeca Tatu”, já denuncia o estado de fome, de insegurança alimentar e de miséria que vive a maioria da população brasileira excluída das posses mínimas que pudessem garantir uma mínima condição de dignidade humana num país com muitas riquezas voltadas para o mercado internacional. Já do meio político, merece frisar que o paraibano José Américo de Almeida com a publicação, em 1928, do romance “A Bagaceira” com o aspecto sociológico em destaque constitui, para muitos escritores e críticos literários de formações diversas, como base importante para obras posteriores de Graciliano Ramos, José Lins do Rego, entre outros. Nesta direção, faz-se necessário enfatizar que o livro “Vidas Secas”, publicado, em 1938, por Graciliano Ramos, o qual sequer cursou faculdade, retrata fielmente a realidade brasileira concreta não só da época em que o livro foi editado, como a situação (constante presença da fome) de todo o século XX.

Merece enfatizar, ainda, as obras de Manuel Bandeira com o emprego do verso livre, muitas vezes infiltradas por significativa indignação moral como no poema “O Bicho” em que Bandeira denuncia a vexatória posição humanitária em que viviam os homens que se alimentavam de restos de comidas que achavam dentro das lixeiras do meio urbano brasileiro da década de 1940. Da área médica, não se pode esquecer do escritor Josué de Castro que como conhecedor profundo da miséria brasileira, colocou os seus conhecimentos científicos à serviço da defesa da vida humana dos brasileiros ao buscar as causas precípuas que levavam tantas pessoas a morrerem de subnutrição num país de solo tão rico como o território brasileiro. Cabe acrescentar que se, por um lado, o livro “Geografia da Fome” publicado na década de 1940 se transforma num clássico do debate multidisciplinar da questão da fome no Brasil, por outro lado, a publicação em 1951 do livro “Geopolítica da Fome”, o qual é traduzido em 25 idiomas, faz do escritor brasileiro Josué de Castro um dos maiores nomes da luta contra a fome e a miséria não só no Brasil, mas também em quase todos os cantos dos cinco continentes ainda hoje, em pleno terceiro milênio.

Dentro do debate multidisciplinar das ciências do Brasil sobre a permanência da fome e da busca pela construção de uma cidadania de verdade, muitos serão os escritores brasileiros que expressam ou dissertam sobre esta temática no contexto do golpe e da ditadura militar (1960 a 1985). Muitas vezes, durante as décadas de 1960 e

1970, literatura, artes e expressões intelectuais diversas constituem-se um eixo comum de comunicação na luta pela anistia dos brasileiros que “partiram num rabo de foguete” para o exterior como a presente na forte denúncia social da música “O Bêbado e o Equilibrista” composta por João Bosco e Aldir Branco, a qual posteriormente ficará extremamente conhecida na voz de Eliz Regina, inclusive tornando-se símbolo da volta do irmão do Henfil, o escritor e sociólogo Herbert de Souza (o Betinho). Na verdade, de formas cada vez mais criativas, os escritores Henfil e Betinho, tornam-se nomes bastante conhecidos da Literatura Brasileira ao lutarem por mais democracia e justiça social para a maioria da população brasileira. Henfil, por exemplo, publica charges no jornalzinho “O Pasquim” combatendo a centralização da idéia da verdade detida tão somente pelos governantes militares. Herbert de Souza, por sua vez, já era um importante escritor da literatura brasileira não só em nosso país, mas também nos territórios nacionais do Chile, México e Canadá, entre outros países, onde como exilado político, prestara excelentes trabalhos científicos através de aulas, seminários e escritos diversos sobre a necessária democratização do Brasil e da América Latina como um todo. Entretanto, ao retornar do exílio político, durante as décadas de 1980 e 1990, Betinho torna-se ainda muito mais conhecido pelo engajamento de seus escritos abordando os temas “Redemocratização Brasileira”, “Reforma Agrária”, “Assistência Médica Pública aos Aidéticos”, “Impeachment do Presidente Collor” e, principalmente, na forte dedicação à “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida”.

Além do próprio Betinho, são muitos os escritores brasileiros de diversas áreas e atuações profissionais que ficam ainda mais conhecidos a partir da luta pela ética na política e pela pressão pró “Impeachment” do jovem exibido e corrupto presidente Fernando Collor de Mello. Entre tantos escritores que se destacam na luta por mais cidadania e pelo combate ao então presidente, pode-se citar o Escritor Osny Duarte Ribeiro, o Jurista Evandro Lins Silva e o Jornalista Barbosa Lima Sobrinho. Também vale ressaltar que o próprio termo “Impeachment”, expressão de língua inglesa que significa “denúncia apresentada pelo poder legislativo contra um chefe do poder executivo para afastar ou suspender de suas funções”, passa, a partir de então, a ser um termo incluído dentro dos vocábulos da língua brasileira graças ao uso contínuo de diversos escritores de nosso país naquele momento na luta cívica por mais cidadania, defendendo o zelo correto do dinheiro público de nosso país, o qual ainda tem milhões

de analfabetos e pessoas passando fome. Assim, dentro das ações e das publicações promovidas no âmbito da “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, têm-se que relembrar entre outros, os importantes nomes de Cândido Grzybowski e Augusto de Franco como escritores expoentes do debate multidisciplinar sobre “Fome, Miséria e Construção de um País com mais Democracia”. Por fim, como última conclusão deve-se aqui enfatizar que – com liberdade formal, uso do cotidiano e nacionalismo! – a maioria dos autores brasileiros analisados sobre o tema multidisciplinar proposto, de alguma forma, deixam claro que, de maneira profunda e crítica, o meio mais legítimo para garantir uma ótima política de combate à insegurança alimentar e para a construção da democracia da população brasileira do século XX para o Terceiro Milênio consiste num processo justo de desenvolvimento econômico com a correspondente preocupação social ... Em essência, com miséria, jamais haverá democracia plena!

Bibliografia

ADAS, Melhem. **A Fome - Crise ou Escândalo?** 9ª ed. São Paulo: Moderna, 1990. 103 p. (Coleção Polêmica).

ALMEIDA, José Américo de. **A Bagaceira**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1928.

BANDEIRA, Manuel. **Poesias**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1947.

BRAIT, Beth. **Leitura Comentada de Manuel Bandeira**. São Paulo: Abril Educação. 1995.

CASTELLS, Manuel. Outra face da Terra: Movimentos sociais contra a nova ordem Global. In: **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1953.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia**. São Paulo: Saraiva, 1999.

FRANCO, Augusto de. Conclusão. In: **I Conferência Nacional de Segurança Alimentar**. Brasília: CONSEA, 1995. p. 83-85 (Anais).

GOHN, Maria da Glória. **Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.

HENFIL. **Cartas da Mãe**. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

LOBATO, Monteiro. Jeca Tatu. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, out. 1914. p.05

PONTES, Joel. **Pequeno Dicionário da Literatura Brasileira**. João Pessoa: EDUFP, 2001.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. Rio de Janeiro: Brasiliense 1938.

SANTOS, Milton. Grandes empresas dominam política. **Folha de São Paulo**, 08 jan. 2001. p. A8.

SOUZA, Herbert de. O pão nosso. **Veja**, São Paulo, p. 148 - 156, set. de 1993. (especial 25 anos)

TREWARTHA, Glen T. **Geografia da População: Padrão Mundial**. São Paulo: Atlas, 1974.

VIEIRA, Geraldinho. Soluções à vista. **Jornal da Cidadania**, Rio de Janeiro, IBASE, nº 90, p. 02, maio 2000.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

ZIONI, Cecília. Terceiro Setor: Um novo Caminho. **Problemas Brasileiros**, São Paulo, nº 337, p. 4-13, Jan./Fev. 2000.